

Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº1285/2025

Município de Boa Vista do Cadeado – RS Secretaria Municipal de Obras Critério de julgamento: Menor preço global Ampla Competição

A presente dispensa de Licitação tem por objeto a contratação de serviço de mão de obra e material para colocação de novos guarda-corpos metálicos, na ponte sobre o Rio Conceição, na localidade Rincão Santa Catarina, conforme especificações contidas neste Termo de Referência.

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Boa Vista do Cadeado, por meio do Departamento de Licitações e Compras, sediado no Prédio Administrativo, localizado na Avenida Cinco Irmãos, nº 1130, Centro, no Município de Boa Vista do Cadeado, CEP 98118-000, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento *menor preço*, na hipótesedo art.75, inciso I, nos termos daLein.º14.133,de1ºdeabrilde2021, Decreto Municipal nº 1.206 de 03 de janeiro de 2024 edemais normas aplicáveis..

Início do envio das propostas (dia e horário):Dia 21/10/2025, às 10:00 horas Data final para o envio das propostas (dia e horário):Dia 28/10/2025, às 23 horas e 59 min

Data de abertura das propostas (dia e horário): Dia 29/08/2025, às 10:00 horas

Local para envio: https://boavistadocadeado.rs.gov.br/licitacao

Critériode Julgamento: menorpreço

RegimedeExecução: Empreitada por Preço Unitário

1. OBJETODACONTRATAÇÃODIRETA

O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição, por dispensa de licitação, A presente dispensa de Licitação tem por objeto a contratação de serviço de mão de obra e material para colocação de novos guarda-corpos metálicos, na ponte sobre o Rio Conceição, na localidade Rincão Santa Catarina, conforme especificações contidas neste Termo de Referência.

1.1.A contratação ocorrerá conforme tabela abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Valor Unitário de Referência	Valor Total de Referência
------	--------	-------	---------------	---------------------------------	------------------------------



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 Av. Cinco Irmãos, n° 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

1	44	UN	FURO MECANIZADO EM CONCRETO, COM MARTELO DEMOLIDOR, DIÂMETROS MAIORES QUE 40MM E MENORES OU IGUAIS A 75MM	R\$ 40,78	R\$ 1.794,18
2	58,4	MT	GUARDA-CORPO METALICOTUBO DE AÇO 50 MM PAREDE 3,0 MM INSTALADO	R\$ 252,87	R\$ 14.767,89
				TOTAL	R\$ 16.562,07

- 1.2. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantosforemdeseuinteresse.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o *menor preço*, observadas as exigênciascontidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificaçõesdoobjeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA

- 2.1. Poderão participar desta dispensa os fornecedores que atenderem ao disposto no Termo referência (anexo II) deste Aviso.
- 2.2. Nãopoderãoparticipardestadispensadelicitaçãoosfornecedores:
 - 2.2.1. quenão atendamàs condições deste Aviso de Contratação Diretaes eus anexos;
 - 2.2.2.

estrangeirosquenão tenham representação legal no Brasil compoderes expressos para receberci tação e responderad ministrativa ou judicial mente;

2.2.3. queseenquadrem nasvedações do art. 14, da Lein.º14.133,de1ºdeabrilde2021;

3. INGRESSONADISPENSAECADASTRAMENTODAPROPOSTA

- 3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa ocorrerá com oenviodesuaproposta no sítio oficial do Município, disponível noendereçoeletrônico: https://boavistadocadeado.rs.gov.br/licitacao
- 3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente pormeiodolink disposto acima, apropostacoma descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou odesconto, até adata eo horário final disposto neste aviso.

3.3.



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

Todasasespecificações do objeto contidas na proposta, emespecialo preço o uo desconto o fertados, vin culama Contratada.

- 3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargosprevidenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam diretaouindiretamentenaexecuçãodoobjeto;
- 3.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento dasdisposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer os materiais emquantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quandorequerido, suasubstituição.

4. JULGAMENTODASPROPOSTASDEPREÇO

- 4.1. Encerrado o prazo para o envio das propostas será verificada a conformidade da proposta classificadaem primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço emrelação aoestipulado paraacontratação.
- 4.2. Nocasodeopreçodapropostadoprimeirocolocadoestaracimadopreçomáximodefinido para a contratação, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
 - 4.2.1. Nestecaso, seráencaminhada contra proposta a ofornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que se ja obtida a melhor proposta compreço compatívela o estipulado pela Administração.
 - 4.2.2. Anegociação poderás er feita comos de mais fornecedor esclassificados, respeitada a orde m de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecera cimado preçomáximo de finido para a contratação.
- 4.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado em ata e publicado no Sítio Oficial do município, devendo esta ser anexada aos autos doprocessodecontratação.
- 4.4. Constatada a compatibilidade entre ovalor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitada a ofornecedora a dequação da proposta a ovalor negociado, a companhada dedo cumentos complementares, se necessários.
- 4.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar dadata desuaapresentação.
- 4.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 4.6.1.contivervíciosinsanáveis;
 - 4.6.2. não obedeceràs especificações técnicas por menorizadas neste aviso o uem se usan exos;

4.6.3.



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

apresentarpreçosinexequíveisoupermaneceremacimadopreçomáximodefinidoparaacontrat ação;

- 4.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 4.6.5. apresentardesconformidadecomquaisqueroutrasexigênciasdesteavisoouseus anexos, desdequeins an ável.
- 4.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações doobjeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço oudaáreaespecializadanoobjeto.
- 4.8. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase dehabilitação, observado o dispostoneste Aviso de Contratação Direta.

5. HABILITAÇÃO

- 5.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados dofornecedormais bemclassificado no prazo de até 2 horas após a declaração da melhor proposta.
- 5.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedordetentordapropostaclassificadaemprimeirolugar, seráverificado o eventual descum primento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - a) CadastroNacionaldeEmpresasInidôneaseSuspensas-CEIS;e
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas-CNEP.
- 5.3. Constatadaaexistênciadesanção, ofornecedorseráconsideradoinabilitado, porfaltadecon dição departicipação.
- 5.4. Não serão aceitos do cumentos de habilitação comindicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 5.5. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por nãoapresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo comoestabelecidonesteAvisodeContrataçãoDireta.
 - 5.5.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, oórgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente,naordemde classificação, atéa apuração deuma propostaque atendaàsespecificaçõesdoobjetoeascondições de habilitação.



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

5.6. Constatadooatendimento àsexigências de habilitação, ofornecedors erá habilitado.

6. CONTRATAÇÃO

6.1. Apósahomologação eadjudicação, caso seconclua pela contratação, será firmado Termode Contrato o ue mitido instrumento equivalente.

7. INFRAÇÕESESANÇÕESADMINISTRATIVAS

- 7.1. Cometeinfração administrativa ofornecedor que praticar quais querdas hipótes esprevistas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais se jam:
 - 7.1.1. darcausaàinexecuçãoparcialdocontrato;
 - 7.1.2. darcausaàinexecuçãoparcialdocontratoquecausegravedanoàAdministração,aof uncionamentodosserviçospúblicosou ao interessecoletivo;
 - 7.1.3. darcausaàinexecuçãototaldocontrato;
 - 7.1.4. deixardeentregaradocumentaçãoexigidaparaocertame;
 - 7.1.5. nãomanteraproposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente just ificado;
 - 7.1.6. não celebraro contrato o unão entregarado cumentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo devalidade de sua proposta;
 - 7.1.7. ensejaroretardamentodaexecução ouda entregado objetodalicitação semmotivo justificado;
 - 7.1.8. apresentardeclaração oudo cumentação falsa exigida para o certa meou prestarde claração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
 - 7.1.9. fraudaradispensaeletrônicaoupraticaratofraudulentonaexecuçãodocontrato;
 - 7.1.10. comportar-sedemodoinidôneooucometerfraudedequalquernatureza;
 - 7.1.10.1.Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsaquantoàscondiçõesdeparticipação,quantoaoenquadramentocomoME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento dadispensa,mesmoapósoencerramentodafasedelances.
 - 7.1.11. praticaratosilícitoscom vistasafrustrarosobjetivosdestecertame.
 - 7.1.12. praticaratolesivoprevistonoart.5°daLein°12.846,de1°deagostode2013.
- 7.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitensanteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintessanções:



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

- a) Advertênciapelafaltadosubitem7.1.1desteAvisodeContrataçãoDireta,quand onãosejustificar aimposiçãodepenalidademaisgrave;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s)pelacondutadofornecedor,porqualquerdasinfraçõesdossubiten s7.1.1a7.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta eindireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3(três) anos, nos casos dos subitens 7.1.2 a 7.1.7 deste Aviso de ContrataçãoDireta, quandonãosejustificaraimposiçãodepenalidademaisgrave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsáveldelicitaroucontratarnoâmbitodaAdministraçãoPúblicadiretaeind iretadetodososentesfederativos,peloprazomínimode3(três)anosemáximode6 (seis)anos,noscasosdossubitens8.1.8a8.1.12,bemcomonosdemaiscasosquejustif iquemaimposiçãodapenalidademais grave;
- 7.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso não exclui, em hipótesealguma, a obrigação de reparação integraldo da no causado à Contratante (art. 156, § 9°)
- 7.4. Todasassançõesprevistasneste Avisopoderão seraplicadas cumulativamente coma multa (art. 156, § 7°).
- 7.5. Antesdaaplicaçãodamulta,seráfacultadaadefesadointeressadonoprazode15(quinze)dia s úteis,contadodadatadesuaintimação(<u>art. 157</u>)
- 7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor dopagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda dessevalor, adiferenças erá descontadada garantia prestada ouserá cobrada judicialmente (art. 15 6, §8°).
- 7.7. Previamenteaoencaminhamentoàcobrançajudicial, amultapoderá serrecolhida administrativamente no prazo máximo de 10~(dez) dias, a contar da data dorecebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 7.8. Aaplicaçãodassançõesrealizar-se-áemprocessoadministrativoqueassegure ocontraditórioeaampladefesaaoContratado,observando-seoprocedimentoprevistono**caput**e parágrafosdo<u>art.158da Leinº14.133,de 2021</u>,para aspenalidadesdeimpedimentodelicitarecontratarededeclaraçãodeinidoneidadeparalicitarouc ontratar.
- 7.9. Naaplicação dassanções serão considerados (art. 156, §1°):
 - 7.9.1. anaturezaeagravidadedainfraçãocometida;
 - 7.9.2. aspeculiaridadesdocasoconcreto;



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

- 7.9.3. ascircunstânciasagravantesouatenuantes;
- 7.9.4. osdanosquedelaprovierem paraoContratante;
- 7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conformenormaseorientações dosórgãos decontrole.
- 7.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidadeparalicitaroucontratarsãopassíveisdereabilitaçãonaformado<u>art.163daLeinº14.133,d</u> e2021.

8. DASDISPOSIÇÕESGERAIS

- 8.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados(procedimentofracassado),aAdministraçãopoderá:
 - 8.1.1. valer-se,paraacontratação, de pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação,privilegiando-seosmenorespreços,sempre quepossível,edesdequeatendidasàscondiçõesde habilitação exigidas.
 - 8.1.1.1.No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada foradesteprocedimento.
 - 8.1.2. republicaropresenteavisocomumanovadata;
 - 8.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 8.2. Asprovidências dos subitens 8.1.1 e 8.1.2 também poderão serutilizadas senão houvero compare cimento dequais querfornecedores interessados (procedimento deserto).
- 8.3. Havendoanecessidadederealização de ato de qualquernatureza pelos fornecedores, cujo prazon ão constedeste Aviso de Contratação Direta, deverá sera tendido oprazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 8.4. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanarerros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validadejurídica, mediante despacho fundamentado, registrado emata e acessívelato dos, atribuindo lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.5. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempreinterpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que nãocomprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e asegurança dacontratação.
- 8.6. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação desuas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por essescustos, independentementeda condução oudo resultado do processo de contratação.



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

- 8.7. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta edeseusanexosoudemais peçasquecompõemoprocesso, prevaleceráas deste Aviso.
- 8.8. Dasessão públicas erádivulgada Atano Sítio eletrônico.
- 8.9. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, osseguintesanexos:
 - 8.9.1. ANEXOI–Documentação exigida para Habilitação;
 - 8.9.2. ANEXO II Modelo de doartigo 7°, XXXIII,daConstituição;
 - 8.9.3. ANEXO III Modelo de declaração da inexistência de fato impeditivo para contratar com a Administração Pública;
 - 8.9.4. ANEXOIV-TermodeReferência;



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

ANEXOI-DOCUMENTAÇÃO EXIGIDAPARAHABILITAÇÃO

1. Asexigências de habilitação as erematendidas pelo fornecedorsão aquelas discriminad as no sitens a seguir:

Habilitaçõesfiscal, socialetra balhista:

- a) provadeinscriçãonoCadastroNacionaldaPessoaJurídica(CNPJ);
- prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, medianteapresentação b) certidão expedida conjuntamente Secretaria de pela daReceitaFederaldoBrasil(RFB)epelaProcuradoria-GeraldaFazendaNacional (PGFN), referente todos OS créditos tributários federais àDívidaAtivadaUnião(DAU)porelasadministrados,inclusiveaqueles
- c) relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº1.751,de02/10/2014,doSecretáriodaReceitaFederaldoBrasiledaProcuradora-Geral daFazendaNacional.
 - provaderegularidadecomoFundodeGarantiadoTempodeServiço(FGT S);
 - declaração de quenão emprega menor de 18 anos emtrabalho no turno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvomenor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos doartigo 7°, XXXIII, da Constituição;
 - declaração da inexistência de fato impeditivo para contratar com a Administração Pública;
 - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positivacom efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º demaio de 1943.
 - prova de regularidade com a Fazenda *Estadual ou Municipal* ou Distritaldo domicílio ou sede dofornecedor,relativa àatividadeemcujoexercíciocontrataouconcorre;
 - casoofornecedorsejaconsideradoisentodostributos*estaduais/municipa is*oudistritaisrelacionadosaoobjeto,deverá comprovar tal condição mediante a apresentação decertidãooudeclaraçãodaFazendarespectivadoseudomicílioousede,oupor meiodeoutrodocumentoequivalente,naformadarespectivalegislaçãoderegê ncia.

<u>Somente</u> será necessário o envio de habilitação pelo fornecedordetentordapropostaclassificadaemprimeirolugar dos



Departamento de Licitações e Compras

Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996

Av. Cinco Irmãos, n° 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014

CNPJ: 04.216.132/0001-06

documentos não passíveis de consulta em sites oficiais eletrônicos ou que mediante consulta os dados forem insuficientes para atestar a situação regular do fornecedor.



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 Av. Cinco Irmãos, n° 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

ANEXO II DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENORTRABALHADOR (Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal)

REFERÊNCIA: (licitação) N°/20
A empresa
148do Decreto Municipal nº 1.206/2024 e Lei 14.133/2021, que NÃO emprega menores de 18 (dezoir
anosem trabalho noturno, perigoso ou insalubre e também ${\bf N\tilde{A}O}$ emprega menores de 16 (dezesse anos.
Ressalva: Emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de menor aprendiz:()SIM ou NÃO(
(Localidade), de de 20.
(Nome e assinatura do responsável legal da licitante)
(Identificação completa)
(Nº do RG do declarante)

Observação:responder com "X" apenas uma das opções de ressalva acima, de acordo com a situação que se aplique à empresa.



Departamento de Licitações e Compras

Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996

Av. Cinco Irmãos, n° 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014

CNPJ: 04.216.132/0001-06

ANEXO III

DECLARAÇÃO INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO

NOME DA EMPRESA_completo), declara, sob as penas o impeditivos para sua habilitação no pocorrências posteriores.	•		supervenientes
	data		
(re	presentante legal, RG e CPF	3	



Departamento de Licitações e Compras

Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996

Av. Cinco Irmãos, n° 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014

CNPJ: 04.216.132/0001-06

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO CADEADO



Criação:Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 Av: Cinco Irmãos nº. 1130 – CEP: 98118-000 Fone: 55 643 1026 ou 1090 CNPJ:04.216.132/0001-06

MEMORIAL DESCRITIVO

PROJETO: Colocação de Guarda corpo Metálico.

LOCAL: Ponte localidade Santa Catarina

DIMENSÃO: 29,20 metros.

1- Guarda-corpos

Na ponte existente na localidade Santa Catarina sobre o Rio Conceição, os guarda-corpo existente estão danificados, sendo necessário a colocação de novos guara corpo metálico nas duas laterais na extensão de 29,20 m em tubo de aço 2" com espessura da parede em 3,0 mm. Será necessário furar a laje para ficar encaixado o guarda corpo pra possibilitar a remoção quando necessário para passagem de maquinário muito largo. Os furos serão cada 2 metros em toda a espessura de laje de concreto realizado com equipamento adequado. A estrutura metálica do guarda corpo serão pintados com uma demão de zarcão e duas demão de esmalte brilhante.

Boa Vista do Cadeado, 08 de outubro de 2025.

Eng. Civil Rui Paulo Ianke CREA 123429-D/RS

João Paulo Beltrão dos Santos Prefeito Municipal

ORÇAMENTO

ORÇAME
COLOCAÇÃO DE GUARDA CORPO PONTE CONCRETO LOCALIDADE SANTA CATARINA
BOA VISTA DO CADEADO - RS

	מין מעדמעט טע אומו אסם	21 025				Droop Unitério/Dropp Total	Droco Total		
	tahola CINADI					riego Omitalio	וור וכלט וסנמו		
MH	JULHO - 2025	Descrição dos servicos	Otd.	5	UNITÁRIO	JNITÁRIO UNITÁRIO C/	TOTAL C/	TOTAL	
M I I	sem				S/BDI	BDI	BDI	DAPCIAL	
	desoneração							PARCIAL	
-		COLOCAÇÃO DE GUARDA CORPO							
		FURO MECANIZADO EM CONCRETO, COM MARTELO DEMOLIDOR, DIÂMETROS MAIORES QUE 40	44,00	OND	33,26	40,78	1 794 18		
7		SINADI 10752 MM E MENORES OU IGUAIS A 75 MM 3 4 G 41					21,12		
- 5	COMPOS COMPOS	GUARDA-CORPO METALICO TUBO DE ACO 50 MM PAREDE 3,0 MM INSTALADO	58,40	Σ	206,26	252,87	14.767,89		
Ä	- 1								
	The second second second second second							40 CB3 OR	_
		TOTAL						10.302,00	
		TOTAL DO ORÇAMENTO						16.562,06	
		BDI 22,60							

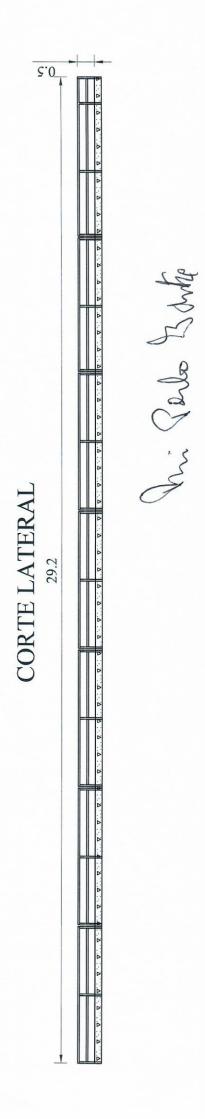
Ans Jake But

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO CADEADO COLOCAÇÃO DE GUARDA CORPO PONTE CONCRETO LOCALIDADE SANTA CATARINA

BOA VISTA DO CADEADO - RS

		O. A. HOLL		ETABA 4
I TIL	DESCRICÃO	IOIAIS		FIAFA
	0.5.0011			
		16 5G2 NG	400 00%	100 00% 16 562 06
~	COLOCACÃO DE GIJARDA CORPO	0.202,00	2,00,001	10000
	COLOCAÇÃO DE COMICO COMO	4C EED 06		16 562 06
	TOTAL	00,206.01		00000
	IOIAE		400 00%	400 00%
	70		100,00	2000
	//0			

Phi Sulto Gunty



TOMADOR:

PREFEITURA DE BOA VISTA DO CADEADO

ONTRATO N°:

MPREENDIMENTO:

COLOCAÇÃO DE GUARDA CORPO METALICO

PROGRAMA: MODALIDADE:

GESTOR:

Cálculo do BDI

Fórmula e parâmetros estabelecidos pelo Acórdão 2622/2013-TCU-Plenário

TIPOS DE OBRAS CONTEMPLADOS

Para o tipo de obra "CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS" enquadram-se: a construção e recuperação de: autoestradas, rodovias e outras vas não-urbanas para passagem de veículos, vias férreas de superfície ou subterrâneas (inclusive para metropolitanos), pistas de aeroportos. Esta classe compreende também: a pavimentação de autoestradas, rodovias e outras vias nãopanas; construção de pontes, viadutos e túneis; a instalação de barreiras acústicas; a construção de praças de pedágio; a nalização com pintura em rodovias e aeroportos, a instalação de placas de sinalização de tráfego e semelhantes, conforme cl<mark>a</mark>ssificação 4211-1 do CNAE 2.0. Também enquadram-se a construção, pavimentação e sinalização de vias urbanas, ruas e locais ra estacionamento de veículos; a construção de praças e calçadas para pedestres; elevados, passarelas e ciclovias; metrô e VLT. em de quadras descobertas.

DEMONSTRATIVO BDI

Item	1º quartil	3º quartil	Médio	Identificação
AC SeG	3,80	4,67	4,67	Administração Central
	0,32	0,74		Seguro e Garantia
R	0,50	0,97		Risco
DF	1,02	1,21	1,21	Despesas Financeiras
L	6,64	8,69		Lucro
	conforme	legislação	4,55	Tributos *

TOTAL 22,60

BDI A SER ADOTADO (sem desoneração)

erificação: 22,60

limite 19,60% a 24,23% (sem desoneração)

m geral, os tributos (I) aplicáveis são PIS (0,65%), COFINS (3%) e ISS (variável, conforme

unicipio, de 2 a 5% e, em algúns casos, isento).

Caso a empresa seja tributada de forma diferente, alterar os valores abaixo:

- 11			
T	RIBUTOS	9	6
P	S**		0,65
C	DFINS**		3,00
C	nt. Previd.		
IS	S		0,90

Total

4,55

(Contribuição Previdenciária sobre a receita bruta, no caso de desoneração na folha)

Declaramos que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo do ISS é de sobre o valor da obra e a aliquota do ISS aplicável no Município é de

3,00% ← (limitado a 5,00%)

30,00%

FÓRMULA

BDI calculado pela expressão:

BDI = { [(1+AC/100+S/100+R/100+G/100) x (1+DF/100) x (1+L/100) / (1-I/100)] -1} x 100

BOA VISTA DO CADEADO

Lccal/Data

Erg./Arq. Responsável

Nome: RUI PAULO IANKE

REA / CAU:: 123.429

Representante Tomador

Nome:

JOÃO PAULO BELTRÃO DOS SANTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO CADEADO



Criação:Lei nº 10.739, de 16/04/1996 - DOE nº 73, de 17/04/1996 Av: Cinco Irmãos nº. 1130 - CEP: 98118-000 Fone: 55 643 1014 CNPJ:04.216.132/0001-06

DECLARAÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS

Eu, Rui Paulo Ianke, Engenheiro Civil, número CREA 123429, **DECLARO**, Responsável Técnico pelo Projeto de Colocação de Guarda Corpo metálico, para fins que o orçamento foi elaborado considerando os encargos sociais do SINAPI, sem desonerado, para a unidade da federação RS para mão de obra horista e mensalista. 112,84% e 69,95% respectivamente.

Boa Vista do Cadeado, 08 de outubro de 2025.

RUI PAULO IANKE

Engenheiro Civil – CREA Nº 123429



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO IV TERMO DE REFERÊNCIA

CAPÍTULO I DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1. OBJETO

A presente dispensa de Licitação tem por objeto a contratação de serviço de mão de obra e material para colocação de novos guarda-corpos metálicos, na ponte sobre o Rio Conceição, na localidade Rincão Santa Catarina, conforme especificações contidas neste Termo de Referência.

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições, quantidades, exigências e estimativas conforme segue:

ITEM	UN	QUANTIDADE ESTIMADA	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO
01	UN	44	FURO MECANIZADO EM CONCRETO, COM MARTELO DEMOLIDOR, DIÂMETROS MAIORES QUE 40MM E MENORES OU IGUAIS A 75MM	R\$ 40,78	R\$ 1.794,18
02	MT	58,4	GUARDA-CORPO METALICOTUBO DE AÇO 50 MM PAREDE 3,0 MM INSTALADO	R\$ 252,87	R\$ 14.767,89
			TOTAL		R\$ 16.562,07

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

Não há prazo de vigência da contratação, visto que os materiais serão de pronta entrega com prazo determinado na autorização de fornecimento/empenho.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

- 1.2. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de:
- () bens ou serviços especiais (art. 6°, inciso XIV Lei n.° 14.133/2021);
- () bens ou serviços comuns (art. 6°, inciso XIII Lei n.° 14.133/2021);
- () serviço especial de engenharia (art. 6°, inciso XXI, "b" Lei n.º 14.133/2021);



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

TERMO DE REFERÊNCIA

(X) serviço comum de engenharia (art.6°, inciso XXI, "a"Lei n.º14.133/2021), cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

CAPÍTULO II DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objetivo atender à necessidade de instalação de novos guardacorpos na ponte situada sobre o Rio Conceição tendo em vista as condições atuais da estrutura existente, que se encontram danificadas e colocam em risco a segurança dos pedestres e condutores que transitam pelo local.

Trata-se de medida essencial e urgente para garantir a integridade física da população, visto que os guarda-corpos são dispositivos de segurança obrigatórios em pontes e passagens elevadas, conforme normas técnicas vigentes. Além disso, a ponte em questão é uma via de tráfego importante, sendo utilizados diariamente por moradores da região e veículos de transporte escolar, ambulâncias e demais serviços públicos.

O fornecimento dos materiais necessários, bem como a contratação da mão de obra especializada para instalação, é indispensável para a execução segura e eficiente do serviço.

Dessa forma, esta contratação visa resguardar o interesse público, garantir a segurança da população e evitar acidentes decorrentes da ausência ou inadequação do equipamento de proteção na estrutura da ponte.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução será a aquisição dos materiais em comercial local/regional ou em outra localidade que entregue os produtos na data aprazada, conforme requisitos descritos no item abaixo.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratada deverá realizar a entrega do material no local indicado até 10 (dez) dias úteis após a emissão da Autorização de Fornecimento.

A execução deverá observar as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, garantindo a conformidade técnica e legal.



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

TERMO DE REFERÊNCIA

A contratada deverá fornecer materiais novos, de primeira qualidade, com certificação de conformidade e garantia mínima de desempenho.

A mão de obra deverá ser qualificada e devidamente registrada, observando as normas de segurança do trabalho.

O transporte e a entrega deverão ocorrer em prazo compatível com o cronograma estabelecido, assegurando a integridade dos materiais.

CAPÍTULO III DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. PRAZO: O Prazo de entrega será de até 10 (DEZ) dias úteis após o recebimento da autorização de fornecimento/empenho que será enviada por e-mail ou outro meio de contato que tenha sido previamente disponibilizado pela ADJUDICATÁRIA.
- 7.2. LOCAL: Os materiais deverão ser entregues e imediatamente instalados na ponte sobre o Rio Conceição no município de Boa Vista do Cadeado/RS.
- 7.3. HORÁRIO: O objeto deste Termo de Referência deverá ser entregue em dias úteis, no período da manhã das 08 horas e 30 minutos às 11 horas e 30 minutos e no período da tarde das 13 horas e 30 minutos às 16 horas e 30 minutos.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações da Contratante:
- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- **b)** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes no TR e proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de comissão/servidor especialmente designado;
- e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f) a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados á execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

TERMO DE REFERÊNCIA

terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- a) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- **b**) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- **d)** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- f) Atender os encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do contrato.
- **g**) Descarregar e acomodar os produtos/itens/materiais/ peças em local indicado no momento da realização da entrega.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não é permitida a subcontratação do objeto deste Termo de Referência.

11. GARANTIA (E/OU VALIDADE)

- 11.1. O prazo de garantia do objeto contra defeitos de fabricação deverá ser de, no mínimo 30 (trinta) dias, a contar do recebimento definitivo.
- 11.2. Durante o período da garantia, a ADJUDICATÁRIA obriga-se a efetuar, sem ônus para a Prefeitura Municipal de Boa Vista do Cadeado a substituição ou reparo do objeto que apresentar defeitos de fabricação, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a contar do 1º dia útil posterior à data de confirmação do recebimento da comunicação.

CAPÍTULO IV DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Em caso de elaboração de contrato, nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

TERMO DE REFERÊNCIA

especialmente designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

- 12.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- 12.3. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

13. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES (na sede da contratada)

O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

CAPÍTULO V DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

14. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

- 14.1. O objeto contratado será recebido provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 14.2. A entrega poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 14.3. O recebimento definitivo ocorrerá de forma tácita 10 (dez) dias após o recebimento provisório, após a verificação da qualidade do serviço executado e consequente aceitação.
- 14.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pelo fornecimento do objeto licitado, nem a ético-profissional pela perfeita execução deste objeto.

15. DO PAGAMENTO

Liquidação

15.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

TERMO DE REFERÊNCIA

- 15.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o <u>inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021</u>.
- 15.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - 15.3.1. a data da emissão;
 - 15.3.2. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 15.3.3. o período respectivo de execução do contrato;
 - 15.3.4. o valor a pagar; e
 - 15.3.5. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 15.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

Prazo de pagamento

- 15.5. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.
- 15.6. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

- 15.7. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 15.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 15.9. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

TERMO DE REFERÊNCIA

CAPÍTULO VI FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Com base na natureza e nos valores estimados do objeto a ser contratado, o Setor de Licitação, embasado por Parecer Jurídico expedido pela Assessoria Jurídica, realizará a contratação por meio do Processo de Contratação Direta, conforme art. 72 da Lei 14.133/21, modalidade de dispensa de licitação, prevista no art. 75, I, da Lei 14.133/21, selecionando a proposta pelo critério menor preço por meio de publicação do Aviso de Contratação Direta, acompanhado deste Termo de Referência no Sítio Eletrônico Oficial do Município.

17. ESTIMATIVA DE PREÇOS

ITEM	UN	QUANTIDADE ESTIMADA	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO
01	UN	44	FURO MECANIZADO EM CONCRETO, COM MARTELO DEMOLIDOR, DIÂMETROS MAIORES QUE 40MM E MENORES OU IGUAIS A 75MM	R\$ 40,78	R\$ 1.794,18
02	MT	58,4	GUARDA-CORPO METALICOTUBO DE AÇO 50 MM PAREDE 3,0 MM INSTALADO	R\$ 252,87	R\$ 14.767,89
			TOTAL		R\$ 16.562,07

Para fins de estimativa de preço, foi elaborado orçamento considerando os encargos sociais do SINAPI para a unidade da Federação RS para mão de obra horista e mensalista, conforme declaração anexa.

Ressalto que os preços são verdadeiros e representam o melhor resultado que pude obter seguindo as orientações das normas que regem a matéria.

Jeferson Beltrão Secretário de Infraestrutura, Logística e Obras



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

TERMO DE REFERÊNCIA

18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recurso livre consignado no Orçamento 2025.

8.1.1.	A contratação será atendida pela seguinte dotação:
Gestão	o: Secretaria Municipal de Infraestrutura, Logística e Obras
Fonte	de Recursos: 2500
Projeto	o Atividade: 94 (Ações de Construção e Reforma de Pontes)
Eleme	nto de Despesa: 3.3.90.39.16.00.00;
Dotaçã	ão orçamentária: 4209/2025;
	Boa Vista do Cadeado, 21 de outubro de 2025.
Secre	Jeferson Beltrão tário de Infraestrutura, Logística e Obras

Defiro
Indefiro. Motivar:
Data//20 <u>25</u>
PREFEITO MUNICIPAL
João Paulo Beltrão dos Santos



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Requisição nº 1285/2025

Boa Vista do Cadeado, outubro de 2025



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

A presente dispensa de Licitação tem por objeto a contratação de serviço de mão de obra e material para colocação de novos guarda-corpos metálicos, na ponte sobre o Rio Conceição, na localidade Rincão Santa Catarina, conforme especificações contidas no Termo de Referência.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação tem por objetivo atender à necessidade de instalação de novos guarda-corpos na ponte situada sobre o Rio Conceição tendo em vista as condições atuais da estrutura existente, que se encontram danificadas e colocam em risco a segurança dos pedestres e condutores que transitam pelo local.

Trata-se de medida essencial e urgente para garantir a integridade física da população, visto que os guarda-corpos são dispositivos de segurança obrigatórios em pontes e passagens elevadas, conforme normas técnicas vigentes. Além disso, a ponte em questão é uma via de tráfego importante, sendo utilizados diariamente por moradores da região e veículos de transporte escolar, ambulâncias e demais serviços públicos.

O fornecimento dos materiais necessários, bem como a contratação da mão de obra especializada para instalação, é indispensável para a execução segura e eficiente do serviço.

Dessa forma, esta contratação visa resguardar o interesse público, garantir a segurança da população e evitar acidentes decorrentes da ausência ou inadequação do equipamento de proteção na estrutura da ponte.

3. ÁREA REQUISITANTE

Identificação da Área requisitante	Nome do responsável		
Secretaria Municipal de Infraestrutura, Logística e	Jeferson Beltrão		
Obras			

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratada deverá realizar a entrega do material no local indicado até 10 (dez) dias úteis após a emissão da Autorização de Fornecimento.



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

A execução deverá observar as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, garantindo a conformidade técnica e legal.

A contratada deverá fornecer materiais novos, de primeira qualidade, com certificação de conformidade e garantia mínima de desempenho.

A mão de obra deverá ser qualificada e devidamente registrada, observando as normas de segurança do trabalho.

O transporte e a entrega deverão ocorrer em prazo compatível com o cronograma estabelecido, assegurando a integridade dos materiais.

5. ESTIMATIVA DA DEMANDA - QUANTIDADE DE SERVIÇOS

ITEM	UN	QUANTIDADE ESTIMADA	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO
01	UN	44	FURO MECANIZADO EM CONCRETO, COM MARTELO DEMOLIDOR, DIÂMETROS MAIORES QUE 40MM E MENORES OU IGUAIS A 75MM	R\$ 40,78	R\$ 1.794,18
02	MT	58,4	GUARDA-CORPO METALICOTUBO DE AÇO 50 MM PAREDE 3,0 MM INSTALADO	R\$ 252,87	R\$ 14.767,89
TOTAL					R\$ 16.562,07

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar os preços praticados e as condições ofertadas para a contratação de empresa especializada, com fornecimento de mão de obra e materiais, para colocação de novos guarda-corpos metálicos, na ponte sobre o Rio Conceição. As informações obtidas subsidiarão a estimativa de custos e a definição das especificações do Termo de Referência.

7. PROVIDÊNCIAS PARA A FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

Em caso de elaboração de contrato, nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será especialmente designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

competência.

O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES (na sede da contratada)

O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

8. ANÁLISE E COMPARAÇÃO DAS SOLUÇÕES EXISTENTES E JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ELEITA DE ACORDO COM A VIABILIDADE DE MERCADO, ECONÔMICA E OPERACIONAL

Considerando a necessidade de garantir a segurança estrutural e funcional da ponte sobre o rio Conceição, no município de Boa Vista do Cadeado, foi realizada uma análise comparativa entre as possíveis soluções disponíveis no mercado para atendimento da demanda, conforme as opções abaixo:

Opção 1 – Recuperação dos guarda-corpos existentes

Refere-se à manutenção da estrutura atual, com substituição parcial de componentes danificados, reforços com soldas e aplicação de nova pintura.

Viabilidade de Mercado: Exeqüível, porém com limitações, pois muitas empresas relataram dificuldades em garantir a durabilidade da recuperação devido ao grau de deterioração da estrutura atual.

Viabilidade Econômica: Apresenta menor custo inicial, contudo, possui maior custo com manutenções futuras e vida útil reduzida.

Viabilidade Operacional: Baixa. A condição atual dos guarda-corpos compromete a segurança e dificulta intervenções pontuais, podendo causar interrupções recorrentes no tráfego.

Conclusão: Alternativa tecnicamente frágil, com baixa durabilidade e elevado risco operacional.

Opção 2 – Instalação de novos guarda-corpos metálicos (solução eleita)



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

Descrição: Retirada total da estrutura antiga e instalação de novos guarda-corpos metálicos tubulares, com tratamento anticorrosivo e pintura de acabamento.

Viabilidade de Mercado: Alta. Existem diversos fornecedores capacitados e materiais amplamente disponíveis no mercado regional, com prazos razoáveis de entrega e execução.

Viabilidade Econômica: Apesar de ligeiramente superior à recuperação, apresenta excelente relação custo-benefício, devido à sua durabilidade e menor necessidade de manutenção.

Viabilidade Operacional: Elevada. A solução proporciona segurança efetiva, rápida instalação e conformidade com as normas de engenharia e segurança vigentes.

Conclusão: Solução mais adequada, tecnicamente, economicamente viável a médio e longo prazo, e amplamente disponível no mercado. Atende aos critérios de segurança, eficiência e padronização.

Opção 3 – Instalação de guarda-corpos em concreto pré-moldado

Descrição: Substituição completa por módulos pré-moldados de concreto armado.

Viabilidade de Mercado: Limitada. Menor número de fornecedores especializados e necessidade de transporte pesado e guindastes.

Viabilidade Econômica: Alto custo, além de necessidade de reforço estrutural na ponte.

Viabilidade Operacional: Baixa. Processo de instalação mais demorado, com maior impacto no tráfego e necessidade de adaptações no tabuleiro da ponte.

Conclusão: Solução robusta, porém inviável economicamente e operacionalmente para as condições do município e da estrutura existente.

Justificativa da Solução Eleita

Diante da comparação entre as soluções disponíveis, optou-se pela instalação de novos guarda-corpos metálicos galvanizados, por se tratar da alternativa mais viável técnica, econômica e operacionalmente.

A adoção desta solução assegura maior eficiência na aplicação dos recursos públicos e melhor retorno à população, alinhando-se aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público previstos na legislação vigente.



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

O valor total da contratação está orçado em R\$ 16.562,07

9. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO

Em regra, conforme a Lei nº 14.133/2021, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala. Todavia, o objeto licitado forma um conjunto unitário, resguardada as suas especificidades.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A instalação de novos guarda-corpos metálicos na ponte sobre o rio Conceição tem como objetivo principal aumentar a segurança dos pedestres e motoristas, prevenir acidentes, atender às normas técnicas vigentes e substituir uma estrutura antiga e comprometida por uma solução durável e eficiente. Com essa medida, espera-se reduzir custos futuros com manutenções, preservar o patrimônio público, garantir a integridade da infraestrutura viária e responder de forma efetiva às demandas da população, promovendo maior segurança, durabilidade e adequação da ponte ao uso cotidiano.

11. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base nas informações levantadas ao longo do ETP, declaramos a viabilidade de contratação dasolução possível.

12. RESPONSÁVEIS

O presente instrumento foi elaborado pelo servidor Edson Copetti, Diretor administrativo.

.

INTEGRANTE REQUISITANTE

Jeferson Beltrão
Secretario de Infraestrutura, Logística e
Obras
Boa Vista do Cadeado,
21 de outubro de 2025

13. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições da



Prefeitura Municipal Boa Vista do Cadeado Departamento de Licitações e Compras Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 - DOE nº 73, de 17/04/1996

Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

Lei 14.133, de 01 de abril de 2021.

João Paulo Beltrão dos Santos Prefeito Municipal Boa Vista do Cadeado, 21 de outubro de 2025